



O CBCISS, Promove o Curso:

OS SISTEMAS DE GARANTIAS DE DIREITOS E AS REDES LOCAIS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Professor: Caio Cesar Wollmann Schaffer

Assistente Social do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro. Mestrando em Serviço Social - ESS/UFRJ. Especialista em Saúde da Família e Comunidade na modalidade Residência - HESFA/UFRJ

Objetivo Geral

Subsidiar elementos analíticos e operativos sobre os Sistemas de Garantias de Direitos e as redes locais de políticas públicas.

Objetivos Específicos

- Problematizar a relação posta entre Estado, sociedade civil e família na proteção social brasileira.
- Identificar os aspectos histórico-conceituais e marcos legais do trabalho organizado em “rede”.
- Refletir sobre o local ocupado pelas diferentes políticas públicas junto aos diferentes Sistemas de Garantia de Direitos (Infância e Juventude, Pessoas com Deficiência, Idoso e Violência contra a mulher);
- Propor percursos técnico-operativos e ético-políticos para o conhecimento e articulação junto às diferentes redes locais de políticas públicas.

Metodologia

Aulas expositivas e dialogadas, utilização de projeção de slides e vídeos, exercícios práticos e debates sobre as experiências profissionais.

Público Alvo

Profissionais e estagiários de todas as categorias que trabalham nas diversas políticas sociais.

Conteúdo Programático

- Proteção social no Brasil e a proposta de responsabilidade compartilhada entre Estado, sociedade civil e família.
- A sociedade em rede: mudanças nas relações sociais e na proteção social a partir do avanço do neoliberalismo.
- Rede: considerações conceituais.
- Os diferentes Sistemas de Garantia de Direitos e as implicações para o trabalho em rede.
- As dimensões técnico-operativas e ético-políticas do trabalho em rede.
- Percursos operativos para a integração junto às redes locais de políticas públicas.
- Percursos operativos para o fomento de redes locais de políticas públicas;
- Percursos operativos para o fortalecimento das redes locais de políticas públicas;
- Implicações do trabalho articulado em rede para os usuários, para as políticas públicas e para os profissionais dos diferentes equipamentos dos Sistemas de Garantia de Direitos.

Carga horária: 24 horas

Carga Horária: 24 horas/aula – Com Certificado.

Horário: 9:00 às 12:00 horas

Dias: 3 – 10 – 17 – 22 – 24 – 29 de novembro e 1 e 8 de dezembro de 2016

Investimento: R\$ 280,00 – Parcela Única ou 2 x 150,00 = 300,00

Banco do Brasil

Agência: 1855-4 – C/C nº 402.717-5

Maiores Informações:

Av. General Justo, 275 S/ 302 – Portaria A – Rio de Janeiro

Tel.: 2220-8274 ou 98754-9832 (Helena)

e-mail: cbciss@uol.com.br

Bibliografia Indicada

BATISTA, Myrian Veras. Algumas reflexões sobre o sistema de garantia de direitos. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 109, p. 179-199, jan./mar. 2012.

BRANCHER, L. N. Organização e Gestão do Sistema de Garantia de Direitos da Infância e da Juventude. In: KONZEN, A. et, All (org). Pela Justiça na Educação Brasília: MEC. FUNDESCOLA, 2000.

FONSECA, Cláudia. Concepções de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica. In: Saúde e Sociedade v.14, n.2, p.50-59, maio-ago 2005.

Fleury Teixeira, Sonia. O desafio da gestão das redes de políticas. In: VII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Lisboa, Portugal, 8-11 Oct. 2002.

GELINSKI, Carmen R.O.G.; MOSER, Liliane. Mudanças nas famílias brasileiras e a proteção desenhada nas Políticas Sociais. In:MIOTO, Regina Célia Tamaso; CAMPOS, Marta Silva; CARLOTO, Cassia Maria (ORG). Familismo, direito e cidadania: contradições da política social. São Paulo. Cortez, 2015

MIOTO, Regina C. T. O trabalho com Redes como procedimento de intervenção profissional: o desafio da requalificação dos serviços. In.: Rev. Katálysis (Florianópolis). V.5. nº 01. Jan/jun. 2012. p. 51/58.

SPM-PR (Secretaria de Política para as Mulheres da Presidência da República). Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Brasil. 2011

DOCUMENTOS:

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

LEI n.º 8.069/1990 – Estatuto da criança e do adolescente.

LEI n.º 8.080/1990 – Lei Orgânica da Saúde

LEI n.º 8.742/1993 – Lei Orgânica da Assistência Social

LEI n.º 9.394/1996 – Lei de diretrizes e bases da Educação nacional

LEI n.º 10.741/2003 – Estatuto do Idoso.

LEI n.º. 11.340/2006 – Lei Maria da Penha.

POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – PNAS

POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE – PNAB

PLANO NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES – PNPM

POLÍTICA NACIONAL DO IDOSO